



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0123002-44.2009.8.17.0001 (0206058-4)**

**APELANTE: EDUARDO FRANCO CAVALCANTI**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ARTS. 306 E 309 DO CTB. ART. 329 DO CPB. RECURSO DEFENSÓRIO. PRELIMINARES. NULIDADE POR INOBSERVÂNCIA DA LEI 9.099/95. AUSÊNCIA DE PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL. CONCURSO MATERIAL. SOMA DAS PENAS EM ABSTRATO SUPERIOR AO LIMITE IMPOSTO NA LEI. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA. NÃO CONFIGURADA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. MÉRITO. ALEGADA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. COMPROVAÇÃO DOS FATOS NARRADOS NA EXORDIAL. ATIPICIDADE DOS DELITOS DE TRÂNSITO. FALTA DE PROVA TÉCNICA. ABSOLVIÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL. DECISÃO POR UNANIMIDADE.

1. No caso em comento, praticados os delitos, em princípio, em concurso material (CP, art. 69), se adicionadas as penas máximas previstas nos arts. 306 e 309 do CTB (respectivamente, três anos e um ano) e 329 do CPB (dois anos), efetivamente será



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

218

ultrapassado o patamar mínimo de 2 (anos), o que afasta a competência do Juizado Especial Criminal para o exame do feito.

2. Inviável, da mesma forma, a aplicação do instituto da suspensão condicional do processo (Lei nº 9.099/95, art. 89), diante do quantum estabelecido abstratamente para as infrações apuradas.
3. O magistrado transcreveu trechos de diversos depoimentos testemunhais e apesar de não descrever minuciosamente os elementos caracterizadores do tipo penal descrito no art. 309 da Lei nº. 9.503/97, exerceu regularmente o princípio do livre convencimento motivado, demonstrando o entendimento de que o crime efetivamente se caracterizou.
4. O conjunto probatório demonstra a ocorrência dos fatos tal como narrados na peça inicial acusatória, pois o réu efetivamente apresentava sinais de embriaguez, colidiu com um veículo que veio a se chocar com um poste de iluminação pública, evadiu-se do local, e em seguida apresentou resistência à ordem policial de entregar a chave do veículo e retornar ao lugar da ocorrência, vindo então a agredir um indivíduo que trabalhava em colaboração com a atividade policial.
5. Especialmente no tocante aos elementos do crime previsto no art. 329 do Código Penal, vale destacar que o réu se opôs à ordem policial de retornar ao local da ocorrência e entregar a chave do veículo, agindo com violência física dirigida a um terceiro que prestava auxílio aos executores da ordem legal, restando devidamente caracterizado o delito em tela.
6. Com relação aos crimes trânsito imputados ao réu, entendo que assiste razão o recurso interposto, tendo em vista que a alteração penal promovida pela Lei nº. 11.705/08, então vigente, passou a exigir prova técnica do teor alcoólico do investigado para a concretização do crime previsto no art. 306 do CTB, e que a remansosa jurisprudência dos Tribunais Superiores se consolidou no sentido de que a direção de veículo automotor com a carteira de habilitação vencida configura mera irregularidade administrativa (infração de trânsito), não sendo suficiente para atender aos requisitos do tipo penal descrito no art. 309 do CTB.
7. Provimento parcial do apelo para, mantida a condenação pela prática do crime de resistência (art. 329 do CPB), à pena de 06 meses de reclusão, a ser cumprida em regime aberto, absolver o recorrente dos crimes previstos nos arts. 306 e 309 do CTB.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

219

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Criminal nº 0123002-44.2009.8.17.0001 (0206058-4) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso interposto, conforme o voto do Des. Relator.

Recife, 25 de Setembro de 2013, .

  
**DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**  
Presidente/Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**



**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0123002-44.2009.8.17.0001 (0206058-4)**

**APELANTE: EDUARDO FRANCO CAVALCANTI**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação criminal interposta por **Eduardo Franco Cavalcanti**, em face da decisão proferida pelo Juízo da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital, que o condenou à pena definitiva de 02 (dois) anos de detenção e proibição de dirigir veículo pelo prazo de 01 (um) ano e 06 (seis) meses, pela prática dos crimes previstos nos arts. 306 e 309 da Lei nº. 9.503/97 e no art. 329 do Código Penal, c/c o art. 69 do CPB.

Consta na denúncia que no dia 30 de junho de 2009, por volta das 2h00 da madrugada, na Estrada de Belém, bairro de Campo Grande, em Recife, o acusado, ora apelante, conduzia o veículo Fiat Pálio de placas KJF-1499, sob efeito de bebida alcoólica, efetuando manobras bruscas e perigosas, conhecidas como "cavalo de pau", quando colidiu com o veículo Frontier, que vinha sendo dirigido por José Orlando Barros de Lima, arremessando-o num poste de iluminação pública.

Narra a peça acusatória que logo após a colisão o réu fugiu do local, e ao ser abordado por policiais militares, ainda no bairro de Campo Grande, se negou a entregar a chave do veículo, se recusou a ir até a Delegacia de Polícia, e agrediu fisicamente Estevam Lopes dos Santos, que acompanhava o trabalho dos policiais militares e servia de testemunha das colisões provocadas pelo réu.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**



O Juiz *a quo*, na sentença (fls. 147/152), entendendo comprovada a materialidade e a autoria delitiva, julgou procedente a denúncia e condenou o acusado nas penas dos arts. 306 e 309 da Lei nº. 9.503/97 e no art. 329 do Código Penal.

Inconformado, o réu interpôs o presente recurso arguindo, preliminarmente, a nulidade absoluta do processo por inobservância do rito especial previsto na Lei nº. 9.099/95, notadamente quanto à possibilidade de transação penal. Ainda em sede de preliminar, pugna pela anulação da sentença por ausência de fundamentação, de acordo com as disposições contidas no art. 654, III, "m" do CPP.

No mérito, o apelante aduz a insuficiência de provas para embasar a condenação, e requer a aplicação do princípio *in dubio pro reo*, por entender que não restou comprovada a ingestão de álcool, e também porque o fato de estar com a Carteira Nacional de Habilitação vencida, e não cassada, não atende aos requisitos de caracterização da infração prevista no art. 329 do Código de Trânsito. Subsidiariamente, afirma que a pena imposta está injustificadamente exacerbada e pleiteia a sua diminuição.

Em sede de contrarrazões (fls. 198/199), o representante do Ministério Público rechaça sinteticamente os argumentos defensórios e pugna pelo não provimento do apelo.

No mesmo sentido, a douta Procuradora de Justiça, em parecer ofertado às fls. 198/199, opina pela manutenção da decisão recorrida.

**É O RELATÓRIO.**

**Inclua-se o feito em pauta para julgamento.**

Recife, 26 de agosto de 2013.

  
Des. Marco Antônio Cabral Maggi  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

220

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0123002-44.2009.8.17.0001 (0206058-4)**

**APELANTE: EDUARDO FRANCO CAVALCANTI**

**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**VOTO**

Conforme relatado, trata-se de apelação criminal interposta por **Eduardo Franco Cavalcanti**, em face da decisão proferida pelo Juízo da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital, que o condenou pela prática dos crimes previstos nos arts. 306 e 309 da Lei nº. 9.503/97 e no art. 329 do Código Penal.

No mérito das razões de apelação, o apelante aduz a insuficiência de provas para embasar a condenação, e subsidiariamente, afirma que a pena imposta está injustificadamente exacerbada.

Contudo, há de se analisar, inicialmente, as questões preliminares suscitadas pela defesa.

**1ª PRELIMINAR – NULIDADE PROCESSUAL POR AUSÊNCIA DE OBSERVÂNCIA DO RITO ESPECIAL PREVISTO NA LEI 9.099/95 – TRANSAÇÃO PENAL**

No recurso interposto, a defesa do apelante argumenta que o magistrado sentenciante deveria “ter determinado que o *Parquet* oferecesse a proposta de transação



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

221

penal aos crimes de menor potencial ofensivo – dirigir veículo automotor sem ser habilitado (art. 309 CTB) e resistência (art. 329 CPB)”, e acrescenta que “não garantir ao apelante os benefícios permitidos pela Carta Magna e disciplinados na Lei nº. 9.099/95, consiste omissão nula de pleno direito, que lhe resultou patente prejuízo, não restando, *data vênica*, a este Egrégio Tribunal outra medida senão a decretação da nulidade da decisão condenatória, para prestígio da própria Justiça.”.

De fato, a instrução do processo em tela se restringiu à colheita de depoimentos e documentos durante a fase inquisitorial (fls. 09/45), e a produção de prova testemunhal em audiência perante a autoridade judicial (fls. 103/104), sem que fossem observadas as medidas previstas na Lei nº. 9.099/95.

Deve-se ressaltar, entretanto, que, no caso de concurso de crimes, a pena considerada para fins de apresentação da proposta de transação penal, será o resultado da soma, no caso de concurso material, ou a exasperação, na hipótese de concurso formal ou crime continuado, das penas máximas cominadas aos delitos.

Com efeito, se do somatório das penas máximas dos delitos perpetrados, resultar um período de apenamento superior a 2 (dois) anos, fica afastada a possibilidade de aplicação do benefício da transação penal (Lei nº 9.099, art. 76).

No caso em comento, praticados os delitos, em princípio, em concurso material (CP, art. 69), se adicionadas as penas máximas previstas nos arts. 306 e 309 do CTB (respectivamente, três anos e um ano) e 329 do CPB (dois anos), efetivamente será ultrapassado o patamar mínimo de 2 (anos), o que afasta a competência do Juizado Especial Criminal para o exame do feito.

Inviável, da mesma forma, a aplicação do instituto da suspensão condicional do processo (Lei nº 9.099/95, art. 89), diante do *quantum* estabelecido abstratamente para as infrações apuradas. Tal entendimento, aliás, é o objeto da Súmula nº 243 do Superior Tribunal de Justiça:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

"O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, ou seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de (01) ano."

Dessa forma, ao contrário do argumento sustentado pela defesa, o Juizado Especial Criminal não tem competência para processamento e julgamento do feito, notadamente porque a soma das penas máximas dos delitos imputados ao réu ultrapassa o *quantum* de 2 (dois) anos, sendo competente para a apreciação da ação penal o Juízo Comum.

Diante do exposto, meu voto é no sentido de que seja rejeitada a preliminar suscitada pela defesa.

**É COMO VOTO.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

223

---

**2ª PRELIMINAR – NULIDADE DA SENTENÇA POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO**  
**(ART. 654, III, “M”, CPP)**

Ainda nas razões do recurso, o réu aduz que “a sentença em tela também é nula em razão de não satisfazer os requisitos legais para validade do ato processual”, por entender que “o MM Juiz não apresentou os motivos pelos quais condenou o apelante nas penas art. 309 da Lei nº. 9.503/97”.

Analisando atentamente a decisão recorrida, observa-se que a materialidade e a autoria delitiva foram devidamente examinadas pelo juiz sentenciante, que se convenceu da existência de elementos de prova suficientes para comprovar a ocorrência dos crimes e de sua autoria, tal como narrados na denúncia.

Nesse sentido, o magistrado transcreveu trechos de diversos depoimentos testemunhais que ratificaram o fato de o acusado não ter apresentado a Carteira Nacional de Habilitação quando solicitado pelas autoridades policiais, e a confissão do acusado de que “estava com sua habilitação vencida” e por isso teria fugido do local da ocorrência.

Assim, apesar de não descrever minuciosamente os elementos caracterizadores do tipo penal descrito no art. 309 da Lei nº. 9.503/97, entendo que o magistrado *a quo* exerceu regularmente o princípio do livre convencimento motivado, demonstrando que a ausência do documento regular de habilitação para dirigir veículo automotor efetivamente configura o delito imputado.

Quanto à comprovação do fato em relação ao conjunto probatório existente nos autos, deixo para apreciar a matéria em momento oportuno, tendo em vista que a suposta nulidade apontada pelo recorrente não restou configurada na sentença condenatória, que se encontra suficientemente fundamentada.

Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida pela defesa.

**É COMO VOTO.**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

224

**MÉRITO**

No mérito, o apelante se insurge contra a sentença condenatória, afirmando que o conjunto probatório é insuficiente para demonstrar a autoria delitiva, devendo prevalecer o princípio *in dubio pro reo*. Subsidiariamente, pugna pela diminuição da pena imposta por entender que a sua aplicação foi injustificadamente exacerbada.

Todavia, da análise dos autos, tem-se que os fatos ocorreram tal como narrados na denúncia, conforme consta do auto de prisão em flagrante delito (fls. 09/14), do boletim de ocorrência (fls. 17/19), do auto de apresentação e apreensão (fls. 20), do mandado de recolhimento (fl. 34), e do auto de infração de trânsito (fl. 35), além dos depoimentos colhidos em juízo (fls. 103/104).

Ao ser interrogado perante a autoridade policial, o réu negou a prática de qualquer crime, apesar de admitir que não portava documentos pessoais ou do veículo, e que sua carteira de habilitação para dirigir veículo automotor estava vencida (fl. 13).

Em juízo (fls. 104), o acusado ratificou as declarações prestadas à polícia, afirmando que:

"o interrogando dirigia normalmente quando ligou a seta para fazer o retorno para a praça, quando a Frontier que vinha em alta velocidade bateu em seu pára-choque e o interrogando como estava com sua habilitação vencida saiu do local, que não tinha bebido, que se recusou a fazer o teste do bafômetro porque não foi colocado aos dois e sim a ele, pois entendia que todos os dois deveriam fazer o exame, que o interrogando não se recusou a ordem policial, que não entregou a documentação, pois não estava com ela, que o desacato não aconteceu, que o interrogando estava discutindo com o Estevão, que já foi preso porque encontrava-se em companhia de um menor armado, que nunca se envolveu em nenhum acidente com veículo nenhum."

Essa versão apresentada pelo réu, contudo, não é condizente com as demais provas dos autos, notadamente com os depoimentos prestados pelos policiais militares que participaram da prisão em comento, e também diante das circunstâncias em que o flagrante foi efetuado.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

225

Por oportuno, transcrevo o depoimento do policial militar Manoel Vicente da Silva, que em juízo (fls. 103) ratificou as declarações prestadas na delegacia, nos seguintes termos:

"que o depoente é policial lotado no 13º Batalhão e encontrava-se em ronda, quando foi acionado por um transeunte, quando o condutor da Frontier solicitou providências policiais informando que o acusado após efetuar uma **manobra cavalo de pau, bateu em seu veículo e se evadiu**, que diligenciaram e localizaram o acusado com ajuda do Sr. Estevão, que é uma das testemunhas, que solicitaram a documentação do veículo, que foi solicitado ao Eduardo que voltasse ao local do acidente, mas **este se recusou** e foi solicitado também que lhe entregasse as chaves do veículo e **ele voltou a se recusar** e quando a testemunha Estevão chegou ao local e sugeriu que o acusado retornasse ao local do acidente, **o acusado tentou agredir a testemunha**, levando os policiais a detê-lo e conduzi-lo, que o acusado apresentava sintomas de embriaguez, que o fato ocorreu por volta das 2h da manhã. Que no local o acusado estava em companhia de um amigo que também foi conduzido a delegacia, que o depoente não viu a habilitação do acusado."

O outro policial que participou da prisão do recorrente e foi ouvido em juízo, Gerson Alves da Silva (fls. 103 e 103-v), confirmou integralmente a versão acima reproduzida, indicando que o acusado foi encontrado em local diverso da colisão, apresentava sinais de embriaguez, se recusou a entregar as chaves do veículo e os respectivos documentos, e ainda, que teria agredido fisicamente o Sr. Estevão, que estava auxiliando na atividade policial.

Aliado às declarações dos policiais militares, Estevão Lopes dos Santos (fls. 103-v) declarou ter visto a colisão, auxiliado a vítima que se encontrava no interior do veículo Frontier, e atendido ao chamado de policiais para localizar o réu. Afirmou que ao ser encontrado, o recorrente se recusou a entregar a documentação do veículo, a chave, e retornar ao local, e "pelo simples fato do depoente ter sugerido que o acusado acolhesse a orientação policial, o acusado tentou lhe agredir, fora as ameaças de morte". Acrescentou também que teve conhecimento de que antes do acidente o acusado "estava bebendo no bar do matuto".

Além disso, conforme o entendimento consolidado dos Tribunais Superiores, bem como na Súmula nº. 75 desta Corte, o depoimento de policiais pode funcionar como meio



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

226

probatório hábil a fundamentar a condenação, mormente quando colhido em Juízo, sob o crivo do contraditório, e em harmonia com os demais elementos de prova, como é o caso dos autos.

Observa-se, dessa forma, que o conjunto probatório demonstra a ocorrência dos fatos tal como narrados na peça inicial acusatória, pois o réu efetivamente apresentava sinais de embriaguez, colidiu com um veículo que veio a se chocar com um poste de iluminação pública, evadiu-se do local, e em seguida apresentou resistência à ordem policial de entregar a chave do veículo e retornar ao lugar da ocorrência, vindo então a agredir um indivíduo que trabalhava em colaboração com a atividade policial.

Especialmente no tocante aos elementos do crime previsto no art. 329 do Código Penal, vale destacar que o réu se opôs à ordem policial de retornar ao local da ocorrência e entregar a chave do veículo, agindo com violência física dirigida a um terceiro que prestava auxílio aos executores da ordem legal, restando devidamente caracterizado o delito em tela.

Contudo, com relação aos crimes trânsito imputados ao réu, entendo que assiste razão o recurso interposto, tendo em vista que a alteração penal promovida pela Lei nº. 11.705/08, então vigente, passou a exigir prova técnica do teor alcoólico do investigado para a concretização do crime previsto no art. 306 do CTB, e que a remansosa jurisprudência dos Tribunais Superiores se consolidou no sentido de que a direção de veículo automotor com a carteira de habilitação vencida configura mera irregularidade administrativa (infração de trânsito), não sendo suficiente para atender aos requisitos do tipo penal descrito no art. 309 do CTB.

No mesmo sentido, colaciono os seguintes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

**CRIMINAL. RECURSO ESPECIAL. DIRIGIR VEÍCULO SEM HABILITAÇÃO GERANDO PERIGO DE DANO. ABSOLVIÇÃO. CONDUTOR HABILITADO. EXAME MÉDICO VENCIDO. ATIPICIDADE. RECURSO DESPROVIDO.**

I. Hipótese em que o réu foi absolvido, ao fundamento de que o ato de conduzir veículo automotor com carteira de habilitação vencida não constitui a conduta tipificada no art. 309 do CTB.

227



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

II. Se o bem jurídico tutelado pela norma é a incolumidade pública, para que exista o crime é necessário que o condutor do veículo não possua Permissão para Dirigir ou Habilitação, o que não inclui o condutor que, embora habilitado, esteja com a Carteira de Habilitação vencida.

III. Não se pode equiparar a situação do condutor que deixou de renovar o exame médico com a daquele que sequer prestou exames para obter a habilitação.

IV. Recurso desprovido.

(STJ: REsp 1188333/SC, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 16/12/2010, DJe 01/02/2011)

**PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AVERIGUAÇÃO DO ÍNDICE DE ALCOOLEMIA EM CONDUTORES DE VEÍCULOS. PROVA REALIZADA POR MEIOS TÉCNICOS ADEQUADOS.**

1. A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça decidiu que apenas o teste do bafômetro ou o exame de sangue podem atestar o grau de alcoolemia exigido pela lei para configurar o crime de embriaguez ao conduzir veículo automotor.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(STJ: AgRg no REsp 1308451/RS, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2013, DJe 01/07/2013)

Com relação ao crime de dirigir sem a devida permissão/habilitação, cumpre registrar que há nos autos a comprovação de que o acusado possuía a Carteira Nacional de Habilitação, estando inscrito sob o nº. 3393376604, conforme demonstram os extratos emitidos pelo *síte* do DETRAN (fls. 77 e 113/118) e o Auto de Infração (fl. 35), não havendo documento comprobatório de suspensão ou cassação do direito de dirigir.

Quanto ao delito descrito no art. 306 do CTB, vale destacar que o crime ocorreu antes da entrada em vigor da Lei nº. 12.760/12, quando o tipo penal previa expressamente a concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a seis decigramas, de modo a tornar imprescindível a realização de perícia técnica para a caracterização do crime.

Sobre a matéria, Guilherme de Souza Nucci leciona que:

"a modificação introduzida pela Lei 11.705/2008 foi lamentável. Eliminou-se do tipo incriminador a expressão "sob influência de álcool", inserindo-se "estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a seis decigramas". Anteriormente, portanto, era suficiente dirigir influenciado pelo álcool, colocando



228

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

em perigo a segurança viária. Hoje, torna-se indispensável comprovar que o agente conduzia o veículo com concentração alcoólica específica, vale dizer, seis decigramas por litro de sangue. Para que se possa demonstrar tal situação demanda-se prova técnica (exame de sangue ou utilização do denominado bafômetro). (...) Consagrado o princípio de que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo, elimina-se, na prática, qualquer punição. Soa-nos equivocada a busca de solução para o problema gerado pelo legislador de forma a prejudicar direitos e garantias fundamentais. Por isso, não se pode admitir a prova de uma concentração tão específica por meio de testemunhas, afinal, a lei foi bem clara ao apontar um índice. Atípica é a conduta do agente se ele estiver com cinco decigramas, por exemplo, motivo pelo qual, ausente a prova técnica, inexistente meio de prova legítimo.”<sup>1</sup>

Dessa forma, apesar de considerar a extrema gravidade da conduta realizada pelo recorrente, que efetivamente dirigia alcoolizado e efetuava manobras arriscadas com veículo automotor, que poderiam atingir, de forma desastrosa, a vida e a integridade física de outros indivíduos, conclui-se pela inviabilidade da condenação pela prática dos delitos de trânsito que lhes foram imputados.

Nesse contexto, vislumbra-se que apesar de comprovados os fatos narrados na exordial acusatória, a responsabilidade criminal do acusado deve ser reconhecida apenas no tocante ao crime previsto no art. 329 do Código Penal, motivo pelo qual tenho como imperiosa a absolvição do apelante com relação aos delitos descritos nos arts. 306 e 309 da Lei nº. 9.503/97.

Quanto à dosimetria da pena, cumpre registrar que o juiz sentenciante, analisando as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal, e procedendo conforme o art. 68 do mesmo diploma legal, fixou a pena bem próxima ao mínimo legal para o crime de Resistência, em 06 (seis) meses de detenção, que tornou definitiva à míngua de atenuantes, agravantes, ou causas especiais de aumento ou diminuição da reprimenda.

Assim, considerando que a pena em abstrato cominada para o delito em comento é de detenção de 02 (dois) meses a 02 (dois) anos, o patamar estabelecido pelo Juízo

---

<sup>1</sup> Nucci, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. 6 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012 (vol. 2). pp. 716/717.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

a quo se mostra devidamente justificado na prova dos autos, não havendo qualquer irregularidade a ser reparada.

Cumpra asseverar que, por se tratar de crime que pressupõe o emprego de violência ou ameaça à pessoa, inviável a substituição da pena privativa de liberdade pelo não atendimento aos requisitos elencados no art. 44 do CPB, devendo o cumprimento da sanção se dar, inicialmente, em regime aberto, diante do *quantum* estabelecido.

Por fim, considerando a primariedade do recorrente, bem como os indícios de que tenha havido a reparação integral do dano, facultando-lhe ao réu a suspensão condicional da pena imposta pelo período de dois anos, nos termos do art. 77 e seguintes do Código Penal, desde que não se ausente da comarca de residência sem autorização judicial, e compareça pessoalmente perante o Juízo da Execução Penal, em período mensal, para informar e justificar suas atividades, devendo, para tanto, após o trânsito em julgado da decisão, ratificar o compromisso em audiência admonitória a ser promovida pelo Juízo da Execução Penal competente.

Por todo o exposto, meu voto é no sentido de dar provimento **PARCIAL** ao apelo interposto pelo réu, Eduardo Franco Cavalcanti, para, mantida a condenação pela prática do crime de resistência, previsto no art. 329 do Código Penal, à pena de 06 (seis) meses de detenção, a ser cumprida em regime aberto, e absolvê-lo da prática dos crimes previstos nos arts. 306 e 309 da Lei nº. 9.503/97, mantendo-se sentença recorrida em seus demais termos.

**É COMO VOTO.**

Recife, 25 de Setembro de 2013. .

  
**Des. Marco Antonio Cabral Maggi**  
Relator